



ATA DE REUNIÃO

PAUTA:

Ações para melhoria de indicadores PLSJud; Gestão de resíduos; Gestão de dados do PLSJud; e Definições acerca da força-tarefa no Rio Vermelho (ação de compensação de gases de efeito estufa).

DATA e HORA:



07-05-2026 - 13h

LOCAL:



Labinova

COORDENAÇÃO DA REUNIÃO:

Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira

PARTICIPANTES:

ÁREA

Garibaldi Tadeu Pereira
Ferreira

Desembargador do Trabalho - Coordenador

Juíza Maria Aparecida
Jerônimo

Juíza Auxiliar da Presidência -
Vice-Coordenadora

Gustavo Bestetti Ibarra

SEGEST

Tamilly Virissimo

INOVA

Izabel Guimarães

Seção de Sustentabilidade

Fernando Schlickmann	SEOF
Fabio Brizotti	CMAN
Altair de Lima	CSG
Sandro Beltrame	CMLOG
Robson Souza	CMLOG

FALTAS JUSTIFICADAS:

ÁREA

Gustavo Bianchini (em férias)	SECAD
Andreia Hawerroth (em férias)	CLC

ANOTAÇÕES

Inicialmente, esclareceu-se que a pauta da presente reunião decorre das deliberações realizadas na reunião anterior do Comitê, ocasião em que foram definidos dois encaminhamentos principais: a realização de estudos de viabilidade para a implementação de um ponto de partilha no Tribunal (Projeto da Cesta de Orgânicos) e o desenvolvimento de ações relacionadas aos temas resíduos, impressões, papel, energia elétrica e água.

Na sequência, informou-se que o ponto de partilha já foi implementado, conforme registrado no PROAD n. 3566/2022. Em relação às demais ações, esclareceu-se que foram realizadas reuniões com as áreas técnicas, com o objetivo de construir, de forma conjunta, propostas relacionadas aos cinco temas anteriormente citados, bem como aos temas serviços gráficos e copos plásticos.

Ressaltou-se que tais temas foram priorizados em razão da recorrência com que impactam os resultados do IDS e, por consequência, do Prêmio CNJ de Qualidade.

1. Discussão sobre normativos e diretrizes

Debateu-se a possibilidade de elaboração de normativo interno voltado à promoção de práticas sustentáveis no âmbito do Tribunal, tomando como referência a Instrução Normativa nº 101/2024 do CNJ, e sugerindo-se que as medidas em deliberação sejam analisadas considerando-se três níveis de implementação, quais sejam:

- ações de sensibilização;
- recomendações, voltadas às boas práticas de sustentabilidade
- medidas obrigatórias, observadas as competências das áreas técnicas.

O Comitê deliberou pela elaboração de uma minuta de normativo a ser submetida à Presidência do Tribunal, sugerindo a publicação na Semana Mundial do Meio Ambiente (1º a 5 de junho).

Também foi ressaltada a importância de elaborar um plano próprio de comunicação, incluindo campanhas educativas e de conscientização, bem como divulgação dos resultados comparativos a partir das ações implementadas.

2. Programa Ecoando

Sugeriu-se ao Comitê que cada um dos temas relacionados à melhoria dos indicadores do PLSJud, incluindo a gestão de resíduos, seja desenvolvido como projeto específico e que o conjunto desses projetos passe a integrar o Programa Ecoando, proposta que foi acolhida pelo Comitê.

Esclareceu-se que, conforme deliberado na reunião anterior, a implementação das ações tem caráter gradual, iniciando pela sede e Foro de Florianópolis, com posterior expansão para demais fóruns e unidades, conforme viabilidade operacional.

As deliberações do Comitê referentes a cada um dos temas serão apresentadas nos subitens seguintes.

2.1 Energia elétrica

- campanha de desligamento de monitores, computadores e impressoras;
- estudo de viabilidade de reposicionamento dos filtros de linha para facilitar o desligamentos dos equipamentos, com participação da SETIC e CMAN;
- campanha para servidores com orientações sobre o uso racional do ar-condicionado;
- treinamento de profissionais terceirizados sobre medidas a serem adotadas para a economia de recursos (ex., desligar o ar-condicionado após limpeza das salas)

- verificação da possibilidade de substituição de aparelhos de ar-condicionado por modelos mais eficientes, com a realização de estudo técnico para embasar economicamente a troca dos equipamentos, registrando-se que a CMAN já realiza substituições gradativas, mas entendeu-se pertinente constar formalmente em recomendação institucional;
- análise da disposição dos aparelhos de ar-condicionado e da luminosidade dos ambientes (intensidade, disposição das lâmpadas e interruptores), com possível recomendação em futuros projetos;
- uso de lâmpadas com sensores em áreas comuns;
- realização de palestra sobre economia de energia, com envolvimento da EJUD.

2.2 Água encanada

- estudo para instalação de válvulas de controle de vazão, mediante projeto de implantação gradual;
- submeter à avaliação técnica a possibilidade de captação de água da chuva para uso sanitário, quando viável.
- campanha institucional sobre como informar vazamentos de água à CMAN.
- realizar estudo sobre substituição gradual de bombonas por filtros, considerando impacto positivo no indicador “Bombonas”, mas sem desconsiderar qualidade da água, infraestrutura, manutenção e risco de vazamentos, ressaltando que há estoque disponível de filtros. Verificar com as unidades se utilizam filtro ou bombona, e qual a justificativa de pedidos de bombonas nos casos de unidades que possuam filtro (qualidade da água, questão cultural).
- Foi ressaltada a importância de estudos sobre viabilidade econômica das medidas e eventual retorno financeiro decorrente da redução de consumo.

2.3 Papel

- regulamentação com limites/cotas anuais de consumo por unidade, com base no histórico de consumo e em meta inicial de redução; Pedidos excedentes deverão ser justificados.
- análise dos processos de trabalho das unidades com maior volume de impressões para identificação das causas de maior consumo;
- avaliação dos impactos da redução de impressoras implementada anteriormente sobre o consumo de papel;

2.4 Serviços gráficos

- reunião com principais demandantes para esclarecimento quanto à necessidade de redução de demandas gráficas
- normativo estabelecendo limites de demandas por área e recomendando a priorização de documentos no formato digital (documentos que devem ser impressos e documentos que devem ser entregues em formato digital)
- elaboração de formulário de solicitação de demandas visando mudança de comportamento
- criação de fluxo e definição de área avaliadora para situações excepcionais.

2.5 Impressoras

- Registrado o resultado do projeto do PROAD 17407/2025, com redução de 265 para 91 equipamentos, correspondente a 66% no total.
- avaliação dos impactos da redução de impressoras
- comunicação institucional acerca dos resultados do projeto de redução de impressoras.

2.6 Copos plásticos

- registrado que, em 2025, o gasto com copos plásticos foi de R\$10.464,10, e que a aquisição estimada de 2.000 copos retornáveis de 400 ml seria de R\$ 5.871,00.
- projeto para retirada progressiva dos dispensers de copos plásticos em áreas internas, com sensibilização prévia
- a substituição por copos retornáveis, de vidro ou materiais alternativos permanecerá em estudo

2.7. Gestão de resíduos

- criação de ecoponto inicialmente na sede, reunindo, num mesmo local, pontos de coleta para vidro, eletrônicos, pilhas, tampinhas e lacres; divulgar amplamente o funcionamento.
- implementação do projeto “Caixa Solidária”; para arrecadação permanente de têxteis e calçados, posicionando-a, se possível, junto ao Ecoponto
- padronização e uniformização das lixeiras individuais para descarte dos recicláveis (adesivação/identificação das lixeiras; orientação de servidores e equipe terceirizada; e uso de sacos adequados para recicláveis).
- melhorias nos processos de gerenciamento de resíduos, com uniformização, sinalização e orientação sobre segregação de resíduos, armazenamento temporário e destinação correta (orientações digitais, peças de comunicação e, se possível, vídeos com cooperativas; mapear

ajustes físicos necessários em contentores e pontos de armazenamento; expandir gradualmente para unidades fora da sede).

3. Consulta do CNJ sobre minuta de recomendação

- Registrada a consulta do CNJ no PROAD 4741/2026 sobre remuneração de catadores e catadoras pelo serviço ambiental prestado.
- Manter, como diretriz preliminar, a destinação sem custo a cooperativas/associações sempre que viável; avaliar exceções caso a caso, sobretudo em localidades sem alternativa ambientalmente adequada.

4. Gestão de dados PLSJud

- Deliberado alterar a rotina de gestão dos dados do PLSJud, passando a solicitar e acompanhar mensalmente os dados que hoje são consolidados anualmente, sempre que isso for operacionalmente possível.
- A mudança busca permitir monitoramento tempestivo, adoção de ações corretivas durante o exercício, redução da sobrecarga de janeiro/fevereiro e preservação do conhecimento operacional em caso de troca de responsáveis nas unidades.

5. Data da força-tarefa no Rio Vermelho (ação de compensação de gases de efeito estufa)

- realização da força-tarefa em setembro de 2026, com definição de data a partir de estudos de viabilidade e de articulação institucional.
- Foram indicadas como referências possíveis: Dia Internacional pela Preservação da Camada de Ozônio, em 16 de setembro; Dia da Árvore, em 21 de setembro; e Semana Nacional da Ecologia, de 21 a 26 de setembro.

8 Conexão Estratégica

As iniciativas relacionadas ao IDS serão acompanhadas no âmbito da Conexão Estratégica, como ações vinculadas à estratégia institucional.

9 Comunicação estratégica

Deliberou-se, ainda, pela elaboração de estratégia de comunicação institucional voltada à sensibilização e divulgação dos resultados alcançados pelas ações desenvolvidas no âmbito do Comitê; com dados comparativos de desempenho.

8. Encaminhamentos

- elaboração de proposta de normativo para consolidar diretrizes de sustentabilidade, com referência às normas do CNJ mencionadas na reunião, avaliando, para cada medida, se a implementação ocorrerá por sensibilização, recomendação ou obrigatoriedade.
- submissão da proposta de normativo ao Comitê e, posteriormente, à Presidência.
- implementação progressiva das ações discutidas no âmbito do Programa Ecoando.
- alteração da rotina de gestão dos dados do PLSJud, passando a solicitar e acompanhar mensalmente os dados que hoje são consolidados anualmente, sempre que isso for operacionalmente possível.
- realização de estudos de viabilidade e de articulação institucional para definição da data da força-tarefa no Rio Vermelho.
- estruturação de Plano de Comunicação com apoio da SECOM.
- articulação institucional para definição da data da força-tarefa no Rio Vermelho (ação de compensação de gases de efeito estufa).

Ao final, reforçou-se a relevância institucional das ações de sustentabilidade, a necessidade de comunicação efetiva e a importância de demonstrar os resultados alcançados pelo Comitê. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

FECHAMENTO DA ATA:

Data: 14-05-2026

Redatoras: Izabel Guimarães e Tamilly Virissimo